

As mudanças no ensino médio paulista e sua repercussão na mídia

Changes in São Paulo's high school system and their media repercussions

Júlia Cabral Rinaldi¹

Andreza Barbosa²

Juliana Doretto³

Resumo

A reforma do ensino médio brasileiro, estabelecida por meio da Lei n. 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, promoveu mudanças como a flexibilização curricular e o aumento da carga horária desta etapa da educação básica. Cada sistema de ensino poderia organizar tais alterações de acordo com suas especificidades, e o estado de São Paulo foi o primeiro a implementar a reforma, em 2021. Este trabalho se propõe a contrastar argumentos do governo paulista para justificar as modificações realizadas com conteúdos sobre a medida divulgados pela grande mídia, por meio de análise do portal G1. O objetivo é investigar se as estratégias de convencimento dos textos oficiais do governo se refletiram na cobertura jornalística, de acordo com o conceito gramsciano de hegemonia. Para tanto, foram analisados oito *releases* do governo de São Paulo que apresentavam as mudanças referentes à reforma no estado e 14 textos do portal G1 que repercutiram essas informações oficiais. As análises realizadas mostram que, em parte da cobertura do G1, houve discussões sobre a falta de diálogo do governo com alunos e professores e sobre os retrocessos da medida. No entanto, as falas oficiais permanecem as mais ouvidas e, em geral, sem o devido tensionamento. Além disso, é possível perceber que pouco se critica a influência de representantes do setor empresarial na educação.

Palavras-chave: Reforma do ensino médio; imprensa; G1; políticas educacionais; hegemonia.

Abstract

The Brazilian high school reform, established through Law No. 13,415 of February 16, 2017, promoted many changes in this stage such as curriculum flexibilization and an increase in the number of class hours in this stage of basic education. Each educational system could organize such changes according to its specificities, and the state of São Paulo was the first to implement the reform, in 2021. This study aims to contrast the arguments of the São Paulo government to justify the modifications made with content about the measure published by mainstream media, through an analysis of the G1 portal. The objective is to investigate whether the persuasive strategies of the government's official texts were reflected in the journalistic coverage, in accordance with the Gramscian concept of hegemony. To this end, eight releases from the São Paulo government presenting the changes related to the reform in the state and

¹ Doutoranda do programa de Educação na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Mestre em Linguagens, Mídia e Arte pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). E-mail: jcrinaldi@outlook.com

² Doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Campinas). E-mail: andrezab27@gmail.com

³ Doutora em Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa (Portugal). Professora no Programa de Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). E-mail: jdoretto@gmail.com

14 texts from the G1 portal that echoed this official information were analyzed. The analyses show that, in part of G1's coverage, there were discussions about the government's lack of dialogue with students and teachers and about the setbacks of the measure. However, official statements remain the most prominent and, generally, without due scrutiny. Furthermore, it is noticeable that little criticism is directed at the influence of business sector representatives in education.

Keywords: High school reform; press; G1; educational policies; hegemony.

1. Introdução

A reforma, iniciada pela MP n. 746/2016 e convertida na Lei n. 13.415/2017, foi justificada a partir de um cenário catastrófico (Ferretti, 2018) construído com base em números e informações de censos e sistemas de avaliação, e priorizando soluções empresariais sobre educacionais. Freitas (2022) e Carmo (2023) apontam que os interesses econômicos dominaram, enquanto Gohn (2010, p. 45) destaca a gestão neoliberal em SP, adotando práticas privadas para eficiência e implementando a reforma em 2021, antes da maioria dos estados.

Freitas (2022) afirma que os debates do campo da educação já apontavam que a crise realmente existia e que era necessário discutir as mudanças necessárias para o ensino médio, mas a solução estruturada pelo então governo contemplava apenas os interesses do setor econômico, e não as preocupações acadêmicas e sociais. Carmo (2023) destaca que os interesses do setor empresarial foram incorporados nas tomadas de decisões governamentais no Brasil em anos anteriores, garantindo poder de decisão do campo privado na esfera pública. A educação tem espaço central na preservação desses interesses, já que pode contribuir com a perpetuação dos ideais privados e com a manutenção da estrutura social que interessa a esse grupo, com justificativas aparentemente difíceis de serem questionadas pelo público em geral, como destacado por Carmo (2023, p. 83):

A Educação, enquanto categoria ampla, passa a ser utilizada no contexto neoliberal, como instrumento de manutenção e reprodução do capital, com vistas ao atendimento e perpetuação das estruturas de classe. O Estado brasileiro da década de 1990 se vê diante da tarefa de difundir o ideário neoliberal, de modo a formar homens capazes de atender o novo mundo do trabalho que se anunciava e privilegiando a dinamicidade do mercado.

Maria da Glória Gohn (2010) enfatiza o impacto das reformas neoliberais na gestão pública paulista, especialmente em áreas como educação e saúde, buscando eficiência e controle de custos. Nas palavras de Gohn (2010, p. 45), "[a] gestão

educacional paulista reflete uma tendência gerencialista, caracterizada pela adoção de práticas de gestão privada no setor público, com foco em resultados e eficiência".

Com vistas a compreender o tratamento que a grande mídia dá ao cenário específico da reforma do ensino médio no estado de São Paulo, este artigo se propõe a analisar se as estratégias de convencimento dos argumentos oficiais do governo do Estado para a implantação da reforma se refletiram na cobertura jornalística, representada aqui pelo G1. Parte do grupo Globo, o G1 é o portal de notícias com o maior número de acessos no país no mês de novembro de 2023, de acordo com o relatório mensal da Similarweb⁴, e o sexto maior do mundo, segundo dados da mesma empresa.

Do portal do Governo de São Paulo, selecionamos oito textos publicados em "Últimas Notícias", que também aparecem na seção "*releases*" do site (Governo de São Paulo, 2019a, 2019b, 2021, 2023a, 2023b, 2023c, 2023d, 2023e), anunciando mudanças no Ensino Médio com a reforma, aprovadas e implementadas entre 2019 até final de 2023. Buscamos também a repercussão dessas medidas em textos publicados pelo G1. Fizemos um amplo levantamento no portal de notícias, com os buscadores "novo ensino médio" e "São Paulo", que resultou em 179 links (incluindo conteúdos veiculados nos programas de TV do grupo Globo). Desse total, excluímos divulgações de concursos, vestibulares e do Exame Nacional do Ensino Médio, bem como produções que não apresentassem texto (apenas vídeo), que tratassem da reforma em âmbito nacional, sem foco no estado de São Paulo, e que não tinham relação direta com os *releases* oficiais. Entre os 57 textos restantes, buscamos textos que falassem especificamente da repercussão das mudanças apresentadas pelo governo do estado de São Paulo. Para tanto, foram consideradas as datas dos textos oficiais anteriormente selecionados, além do período de transição de governo (entre o fim de 2022 e início de 2023), já que o tema foi amplamente abordado também nesse período. Percebemos que o G1 trouxe, inclusive, análises dos anúncios oficiais anteriores à data do *release* divulgado no portal do governo. Desse modo, foram selecionados 14 conteúdos do portal. Portanto, entendemos que o material escolhido para análise reflete a cobertura do G1 durante o período analisado (2019-2023), com

⁴ Disponível em: <https://www.similarweb.com/pt/top-websites/brazil/news-and-media/> (ranking atualizado mensalmente. Data da informação apresentada: dezembro de 2023).

foco nas repercussões diretas dos anúncios oficiais, sendo representativa do interesse midiático no tema no estado.:

Com base nesse levantamento, contrastamos argumentos do governo de São Paulo para a implementação da reforma, presentes em textos noticiosos do *site* do órgão, aos conteúdos sobre a medida divulgados no portal G1. Para isso, levantamos alguns aspectos dos textos analisados: sua autoria, o *lead*⁵ de cada um deles, as vozes que foram contempladas, uma breve análise sobre o conteúdo e a predominância ou não do ponto de vista oficial⁶. Tal estratégia é realizada com base na análise de conteúdo, que busca identificar sentidos latentes em textos e documentos por meio do levantamento e da organização de certos elementos desses conteúdos e sua posterior interpretação (Cardoso; Monteiro, 2025). Apesar de o método tradicionalmente pressupor a categorização dos elementos estudados, neste texto, devido ao corpus reduzido, nos ativemos à identificação e à descrição dos elementos, buscando recorrências e ausências (de abordagens, argumentos e fontes). Ou seja, nos inspiramos em passos da metodologia, apesar de não adotar todas as etapas nela previstas:

O planejamento e a implantação de procedimentos que são repetidos em cada documento analisado são garantias de que se possa identificar presenças, padrões, constâncias e predominâncias, bem como o oposto disso tudo – ausências, divergências e ocorrências esporádicas. Uma abordagem menos metódica, por outro lado, deixaria o estudo sujeito às percepções e vieses de quem está fazendo a leitura e análise. Quando devidamente categorizado, então, um conjunto numeroso de elementos [...] torna-se possível de ser observado e avaliado (Cardoso; Monteiro, 2022, p. 105).

As análises amparam-se ainda no referencial teórico gramsciano, principalmente no conceito de hegemonia. Segundo Gramsci (2023, C. 11, §12), a hegemonia é a forma pela qual um setor da sociedade difunde seus valores para o conjunto da população e se mantém por meio de uma combinação de coerção e consentimento. No caso da mídia, isso se traduz na difusão de certas ideias e valores que influenciam a consciência pública e legitimam ações a serem implementadas.

⁵ Um *lead* é a introdução ou abertura de uma reportagem ou notícia. Ele serve para apresentar de forma concisa as informações mais importantes da matéria, visando atrair a atenção do leitor e fornecer um resumo rápido do conteúdo que será abordado. No jornalismo, a função do *lead* é crucial, pois define o tom da matéria e ajuda o leitor a decidir se continuará a leitura.

⁶ Todos os textos analisados estão salvos em arquivos pdf, no link: <https://drive.google.com/drive/folders/1p7SqYwZxntSSLfPTiLWSTXVRFVK7rOYF?usp=sharing>.

Assim, a cobertura midiática de uma reforma educacional, por exemplo, pode contribuir para disseminação da hegemonia dominante, convencendo a população de seus pressupostos. No caso específico da reforma recente do ensino médio, Ferretti e Silva (2017, p. 399-400) consideram que a Lei n. 13.415/2017 precisaria ser compreendida “[...] no contexto de disputa pela hegemonia político-ideológica relativa ao sentido, às finalidades e ao formato do ensino médio brasileiro”. Assim, a teoria de Gramsci fornece uma lente para examinar as dinâmicas de poder e as batalhas ideológicas inerentes à representação midiática das reformas educacionais e, conseqüentemente, da reforma recente do ensino médio no Brasil.

Além da perspectiva gramsciana, as teorias de Stuart Hall e de Noam Chomsky e Edward Herman ajudam a adensar o olhar para a questão. Chomsky e Herman (1988) destacam como a mídia, alinhada a interesses econômicos e políticos (sendo ela própria um agente do mercado), busca a construção de consensos sociais, como o apoio à reforma em SP, ao priorizar vozes oficiais e minimizar tensões com o setor empresarial. Hall (1980), no entanto, ao propor o modelo de codificação/decodificação, afirma que a maior parte das mensagens midiáticas, como as do G1, são produzidas (ou codificadas) com intenções hegemônicas, pois os grupos de mídia pertencem normalmente a agentes das elites, que buscam também por meio da comunicação social manter seus estatutos de poder. No entanto, Hall nos diz que a recepção desse conteúdo (decodificação) nem sempre se dá da forma como os agentes produtores pretendiam que ocorresse. Isso porque a sociedade, em geral, “negocia” os sentidos produzidos nesse consumo, ou seja, incorporam determinadas ideias tal como elas são apresentadas, mas duvidam de outras, pois elas se opõem a seus modos de viver e estar no mundo. Trazemos esse ponto para pontuar que compreendemos que, ainda que haja intencionalidades das mídias hegemônicas, a sociedade pode oferecer resistência a elas, mas, do mesmo modo, vários aspectos dos consensos buscados pela imprensa são de fato concretizados no tecido social.

O texto que segue apresenta, inicialmente, uma discussão sobre a reforma do ensino médio no estado de São Paulo, seguida da análise dos conteúdos selecionados.

2. A reforma do ensino médio em São Paulo

A reforma do ensino médio foi justificada como uma forma de modernizar a última etapa da educação básica, visando torná-la mais interessante e adequada às demandas contemporâneas e ao mercado de trabalho. Essa demanda por modernização faz parte de um cenário mais amplo de reforma gerencial do Estado que, conforme explica Ball (2005), busca introduzir uma cultura empresarial competitiva na administração do setor público, inclusive na educação. NO caso da reforma do ensino médio, a flexibilização curricular foi considerada como a principal forma de viabilizar essa modernização, posto que os estudantes supostamente poderiam escolher a trajetória de formação no ensino médio que mais se adequasse a seus interesses e necessidades.

Essa alteração no ensino médio foi estabelecida pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que foi sancionada após a aprovação da Medida Provisória nº 746, de 2016. A partir da lei, o currículo do ensino médio seria formado por uma parte comum, composta pela formação geral básica, e por uma flexível, que compreende os itinerários formativos vinculados a uma das quatro áreas do conhecimento (ciências da natureza, ciências humanas, linguagens, matemática) ou um itinerário técnico. Muitos autores, porém, apontam o risco do aprofundamento das desigualdades sociais nesse processo, como é o caso de Arelaro (2018, p.73): “A reforma do ensino médio, ao oferecer itinerários formativos diversificados, corre o risco de aprofundar desigualdades, pois nem todas as escolas têm a capacidade de oferecer todas as opções previstas”.

Considerando que a lei de 2017 previa a possibilidade de o ensino médio ser organizado de diferentes formas, com diversos arranjos curriculares nas redes de ensino, os estados, principais responsáveis pela oferta do ensino médio, passaram a ter a incumbência de organizar as mudanças para suas respectivas redes. O estado de São Paulo saiu na frente e, um ano antes da maioria dos estados, definiu a nova estrutura de seu ensino médio no dia 29 de julho de 2020, em votação unânime do Conselho Estadual da Educação do estado. Além da formação geral básica, foram estabelecidos 11 itinerários formativos, que tratavam das diferentes áreas de conhecimento e da combinação delas, chamados de “aprofundamentos curriculares”, além da possibilidade de realização de itinerários técnicos. O conjunto desses 11 aprofundamentos somava o número de 276 componentes curriculares diferentes. Em

vez de tratarem das disciplinas clássicas de cada área do conhecimento, eles se constituíam em um conjunto de novos componentes que, numa perspectiva utilitarista, mesclavam conteúdos de diferentes disciplinas, causando dificuldade de compreensão a respeito da especificidade de cada um para a escola, para os professores e, principalmente, para os estudantes, como apontado em nota técnica da Rede Escola Pública e Universidade e Grupo Escola Pública e Democracia (2024), além da sensação de esvaziamento da formação proporcionada.

As primeiras mudanças decorrentes da reforma foram implementadas na rede paulista já em 2021, em meio à pandemia de Covid-19. Foi nesse ano que os estudantes tiveram que indicar, de forma remota, os aprofundamentos curriculares de seu interesse, sem discussão ou esclarecimento de suas dúvidas, e as escolas precisaram definir os aprofundamentos que seriam oferecidos.

Alguns estudos já analisam os desdobramentos dessa configuração do ensino médio paulista, como é o caso do trabalho de Jacomini et. al. (2024, p.19), que aponta os problemas da reforma e a constatação de que as promessas governamentais não foram cumpridas:

Ao completar o terceiro ano de implementação do NEM na rede estadual paulista em 2023, muitos sinais são observados de que as promessas embutidas nas propagandas governamentais da reforma não estão se concretizando e que as comunidades escolares estão cada vez mais conscientes do significado da reforma nas suas vidas.

No final de 2023, o governo do estado de São Paulo anunciou nova mudança no ensino médio paulista. Em vez de 11 diferentes itinerários, a partir de 2024, passaram a existir apenas três. Um desses novos itinerários, chamado de “global”, é agora comum a todos os estudantes e conta com componentes curriculares como Educação Financeira, Redação e Leitura, Projeto de Vida e Aceleração para Vestibular. Os outros dois itinerários seriam de opção do estudante: Linguagens e Ciências Humanas e Sociais, que contém os componentes curriculares Mídias Digitais; Liderança; Geopolítica, Oratória e Argumentação; Filosofia e Sociedade Moderna; ou Ciências da Natureza e Matemática, que aborda os componentes Empreendedorismo; Robótica; Tecnologia/Programação; Biotecnologia e Química Aplicada.

As mudanças são novamente profundas e impactam a rede de ensino, que sequer havia dado conta de implementar as transformações anteriormente

estabelecidas. Uma geração de estudantes terá passado pelas duas reformas durante a realização de seu ensino médio⁷. Isso tudo sob o pretexto de que tais reformas melhorariam a qualidade dessa etapa da educação básica.

Nesse sentido, cabe destacar que, desde o princípio, autores como Ferretti (2018) vinham sinalizando o equívoco de buscar resolver os problemas do ensino médio por meio da flexibilização curricular, desconsiderando outros elementos que afetam sobremaneira a qualidade, como a infraestrutura das escolas, as condições de trabalho dos professores ou, ainda, o fato de muitos jovens precisarem trabalhar para contribuir com o orçamento familiar.

3. A repercussão das mudanças no ensino médio paulista no G1

Trazemos, quadro 1, abaixo, os títulos dos textos analisados, bem como as fontes ouvidas ou consultadas, identificando as que se apresentaram favoráveis ou contrárias à reforma (ou que ao menos problematizaram as mudanças):

Quadro 1 – *releases* do governo do estado de São Paulo e suas repercussões no portal G1

Releases do estado de São Paulo			
Data	Título	Fontes ou vozes priorizadas	Fontes críticas à reforma
01/03/2019	São Paulo lança programa de ensino técnico profissionalizante Novotec	Secretário de Desenvolvimento Econômico, Governador	Não
06/05/2019	Governo de SP lança programa “Inova Educação”	Governador, Secretário de Educação	Não
20/07/2021	Governo de SP vai investir R\$ 303,5 milhões no Novo Ensino Médio	Vice-governador, Secretário de Educação	Não
16/03/2023	SP lança programa Sala do Futuro para modernizar a educação e reduzir a evasão escolar	Governador, Secretário de Educação	Não
27/08/2023	Itinerário técnico do Ensino Médio em 2024 será ofertado em 1.200 escolas	Secretaria da Educação, Conselho Estadual de Educação	Não
29/08/2023	Ensino Médio 2024: mais de 435 mil alunos devem optar por itinerário formativo até 15/9	Secretário de Educação	Não

⁷ Embora não contemplada no recorte temporal das análises deste texto, vale a pena destacar que, ao final do ano de 2024, novas mudanças foram anunciadas no ensino médio paulista, fazendo com que uma geração de estudantes passasse por três configurações diferentes durante o curso de três anos (2023, 2024 e 2025).

16/09/2023	Educação de SP oferece vagas em carreiras como ciência de dados e hotelaria	Secretaria da Educação, CPS ⁸ , Senai	Não
17/11/2023	Ensino Médio de SP terá 70 nas de português	Secretaria da Educação	Não
Conteúdo repercutido no g1			
Data	Título	Fontes ou vozes priorizadas	Vozes críticas à reforma
01/03/2019	Governo de SP anuncia expansão de programa que integra ensino técnico e ensino médio	Governo estadual, secretarias e técnicos da gestão	Não
06/05/2019	Alunos de escolas estaduais de SP terão mais 15 minutos de aula por dia e novas disciplinas a partir de 2020	Secretário Rossieli Soares, governo estadual	Não
04/08/2020	Aluno pode ser atraído pelo novo currículo do ensino médio, mas problemas estruturais na escola permanecem	Secretários, especialistas (Consed, CNE)	Fernando Cássio (UFABC) questiona efetividade da política frente à precariedade das escolas
20/07/2021	Ensino médio: alunos terão uma aula a mais por dia no próximo ano em SP	Secretário da Educação, técnicos da Seduc	Não
20/07/2021	Entenda o que mudou no ensino médio de SP em 2022	Secretaria da Educação, divulgação técnica	Não
02/08/2021	Novo Ensino Médio em SP divide especialistas: "retrocesso para manter pobre como pobre" ou "protagonismo dos jovens"	Secretário da Educação, professores, especialistas diversos	Fernando Cássio, professor de políticas educacionais e membro do grupo Rede Escola Pública e Universidade - Repu; Débora Cristina Goulart, professora de Ciências Sociais; Ana Paula Conti, professora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo)
11/01/2022	Secretário da Educação de SP diz que estado irá ampliar ensino profissionalizante e não pretende aumentar escolas de tempo integral	Secretário Renato Feder	Não
12/01/2022	Entenda o que é 'Projeto de Vida', componente obrigatório do novo ensino médio a partir deste ano	BNCC, Carlos Lordele (Movimento Pela Base), Anna Helena Altenfelder (CENPEC)	Especialistas sobre desafios de implementação

⁸ Centro Paula Souza

15/01/2022 2	Ao defender novo Ensino Médio, secretário de SP afirma que 'educação que temos é uma das piores do mundo'	Rossieli Soares (Secretário da Educação)	Fernando Cássio (UFABC), Ana Paula Corti (IFSP)
15/8/2023	Novo Ensino Médio em SP terá parte do itinerário optativo com disciplinas obrigatórias em 2024	Seduc-SP, Governo de São Paulo, Renato Feder (secretário estadual da Educação), texto elaborado pelo governo federal	Aluno da rede, professora especialista em política e gestão educacionais
27/8/2023	Mais de 50 escolas da rede estadual na Baixada Santista vão ofertar itinerário técnico do Ensino Médio em 2024	Seduc-SP, Governo de São Paulo	Não
17/11/2023	Governo de SP reduz de 12 para 3 itinerários do Ensino Médio e amplia carga horária de matemática e português	Seduc-SP, Governo de São Paulo	Não

Fonte: elaborado pelas pesquisadoras (2025)

No material do G1, é possível perceber diferentes abordagens. Dos 14 textos analisados, apenas três têm *leads* mais críticos à reforma: 1. “Aluno pode ser atraído pelo novo currículo do ensino médio, mas problemas estruturais na escola permanecem, dizem educadores”, por Elida Oliveira, G1 (4/8/2020); 2. “Novo Ensino Médio em SP divide especialistas: 'retrocesso para manter pobre como pobre' ou 'protagonismo dos jovens’”, por Bárbara Muniz Vieira, G1 SP (2/8/2021); 3. “Uma em cada cinco escolas estaduais de SP só oferece até dois itinerários formativos em 2023”, por Ana Carolina Moreno, Amanda Ferreira, João Lucas Martins e Thiago Crespo, TV Globo - São Paulo (19/4/2023).

Essas três publicações reportagens trazem críticas de educadores a problemas estruturais das escolas, apontando o oferecimento de poucos itinerários, e dizendo ainda que a medida divide a opinião de especialistas. Aqui, aparecem estudiosos que se opõem à decisão, como Fernando Cassio, na época professor de políticas educacionais na Universidade Federal do ABC (UFABC) e membro do grupo Rede Escola Pública e Universidade (Repu), Débora Cristina Goulart, professora de Ciências Sociais do campus de Guarulhos da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Ana Paula Conti, professora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), e Márcia Jacomini, especialista em política e gestão educacionais e docente da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) (dois deles são ouvidos em mais de uma produção). Eles trazem debates presentes na rede de

ensino, com as temáticas que estavam sendo discutidas entre os acadêmicos da área, mas nesses conteúdos também surge o posicionamento de estudantes, que reportam a falta de opção na escolha dos itinerários.

Os demais dez textos anunciam ou repercutem as medidas lançadas pelo governo, mas sem posicionamento crítico claro. Em cinco deles, há apenas fontes oficiais (os secretários de Educação e os governadores), sendo que um apresenta reprodução de trechos da publicação oficial do governo: “Governo de SP reduz de 12 para 3 itinerários do Ensino Médio e amplia carga horária de matemática e português” (17/11/2023, assinada como G1 SP) traz citações, entre aspas, do *release* “Ensino Médio de SP terá 70% de aumento nas aulas de matemática e 60% nas de português”, apresentadas como “nota” da Secretaria da Educação. Esse mesmo texto apresenta ainda um histórico sobre a reforma, com ênfase para o estado de São Paulo, e cita o o atual secretário da educação do Estado de São Paulo, mas apenas como “Feder”, sem seu nome completo e a descrição de sua função, para dizer que ele “já havia anunciado que estudaria medidas para reduzir a quantidade de itinerários”.

Nesse conjunto de publicações do G1, uma traz entrevista com Renato Feder, intitulada “Secretário da Educação de SP diz que estado irá ampliar ensino profissionalizante e não pretende aumentar escolas de tempo integral” (11/1/2023, G1 SP). Trata-se de conteúdo da TV Globo, do telejornal Bom Dia SP, que foi replicado no G1. No vídeo, a repórter informa que a emissora está abrindo espaço para os secretários de áreas essenciais, e Feder é o quarto ouvido nessa proposta. O *lead* menciona as palavras do secretário sobre ensino profissionalizante e a intenção de não expandir as escolas de tempo integral, o que, segundo o texto dá a entender, poderia ser uma possível desavença política, já que essa foi promessa do então candidato a governador: “Proposta de campanha do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), a ampliação do ensino integral, entretanto, não é prioridade para o secretário”, diz trecho da entrevista.

O secretário está inserido no setor empresarial e defende as pautas ligadas a ele, como pode ser observado na seguinte fala: “Infelizmente, em São Paulo, aproximadamente 10% dos alunos da escola pública do Ensino Médio estão estudando uma profissão junto. Esse número é muito baixo. A gente quer ampliar a educação profissional.” Nesse sentido, o secretário negou que a proposta acabe por não capacitar o estudante para ingressar na faculdade, limitando o acesso dessa

população à educação superior, mas afirmou que a inclusão do jovem no ensino técnico " é muito comum em países desenvolvidos" e que "[...] O jovem de 16, 17 anos, ele quer trabalhar". Essas afirmações não são contestadas pelo texto do G1.

Ou seja, a partir dessa fala de um secretário da educação/empresário, propaga-se a ideia de que a educação no país precisa de mudança, pois não alcança o padrão dos países desenvolvidos e, principalmente, que o ensino regular não basta, já que, implicitamente, o objetivo final seria a inserção do jovem no mercado de trabalho. Vale ressaltar o entendimento de Gramsci (2001, C12 §1) sobre a imagem do empresário:

Deve-se observar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens, deve ser um organizador da "confiança" dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria, etc.).

No portal G1 também há a menção de que "Feder já foi diretor executivo e é acionista de uma empresa de tecnologia que tem contrato vigente com a secretaria estadual de Educação", e dá espaço para a fala dele de que não vê "conflito de interesses" nessa situação. O secretário também menciona o comprometimento com a garantia de acesso à internet e tecnologia de todos os alunos da rede pública de ensino, reforçando o posicionamento do governo do estado e do setor empresarial com a pauta, mas sem apresentar propostas concretas para a execução, o que não é questionado pelo G1. A publicação termina com um perfil do secretário: "formado em administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e mestre em economia pela Universidade de São Paulo (USP). Ele foi professor, gestor e diretor de escolas", assessor voluntário na secretaria de educação de São Paulo e secretário da educação no Paraná e, em sua gestão, houve a "implantação de escolas cívico-militares" e "aulas de programação, empreendedorismo e educação financeira no currículo estadual". Menciona também que "Feder defende um projeto de parcerias com empresas privadas para a gestão de escolas da rede pública de ensino".

Em um cenário em que se defende a adoção de mecanismos de gestão do setor empresarial para a administração pública como forma de modernizar e otimizar seu funcionamento (Ball, 2005), garantindo supostamente mais eficiência, a ênfase

na experiência empresarial do secretário da educação pode contribuir para legitimar a reforma junto à opinião pública.

Nota-se ainda que, entre os textos com *leads* sem críticas à reforma, as vozes de estudantes também aparecem, mas de forma a sustentar as mudanças: em “Entenda o que é ‘Projeto de Vida’, componente obrigatório do novo ensino médio a partir deste ano” (12/2022), só uma aluna é entrevistada, dizendo que ela “usou esse programa para pensar em como poderia conquistar o sonho de ser pediatra”. Nesse texto, também surgem, além de fontes oficiais, representantes de instituições não governamentais, como Movimento pela Base e Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária.

Duas dessas publicações trazem nos *leads* anúncios do governo, mas, no interior do texto, eles são interpretados por outras vozes. O texto “Ao defender novo Ensino Médio, secretário de SP afirma que 'educação que temos é uma das piores do mundo'” (15/1/22; por Bárbara Muniz Vieira, G1 SP) traz fala de Rossieli Soares, então secretário estadual da Educação de São Paulo, mas também de Fernando Cassio, já citado, e Ana Paula Corti, doutora em educação e professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), que criticam as mudanças no ensino médio.

Em “Novo Ensino Médio em SP terá parte do itinerário optativo com disciplinas obrigatórias em 2024” (15/8/23; Ana Carolina Moreno, TV Globo), ouve-se um aluno, relatando suas dificuldades — Wendell Augusto, presidente do grêmio estudantil da escola e diretor da União Paulista de Estudantes Secundaristas (Upes) —, e Márcia Jacomini, especialista em política e gestão educacionais e docente da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que critica algumas disciplinas. Fala realizada em fevereiro pelo secretário Renato Feder também aparece, no entanto. Aqui, vale ressaltar ainda que Wendell Augusto denuncia a “falta de diálogo” com a rede, ponto que, no entanto, é evidenciado no conteúdo de *releases* oficiais, com o levantamento das necessidades das comunidades escolares. É o que vemos em trechos como o que segue, de conteúdo de 27 de agosto:

Para a implantação, a Seduc-SP realizou uma detalhada análise sobre a estrutura das escolas e as demandas locais, conforme dados oficiais da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) nos últimos quatro anos. Além disso, o Conselho Estadual de Educação (CEE) foi favorável à nova modalidade (Governo de São Paulo, 2023d).

Aliás, texto do G1 que repercute esse *release*, “Mais de 50 escolas da rede estadual na Baixada Santista vão ofertar itinerário técnico do Ensino Médio em 2024” (27/8/2023; por G1 Santos), traz essas mesmas informações (“detalhada análise sobre a estrutura das escolas e as demandas locais, conforme dados oficiais da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) nos últimos quatro anos”), sem aspas, mas apontando que são as palavras da Secretaria da Educação do estado. Apesar de não trazer apontamentos críticos sobre o anúncio por vozes externas, a publicação tem o cuidado de afirmar que está repercutindo as informações oficiais. Não houve tensionamento sobre a modalidade técnica, os itinerários técnicos e o ensino técnico.

Nesse mesmo sentido, a Secretaria da Educação do estado de São Paulo também cita em seus *releases* que foi realizada ampla consulta, com toda a rede de educação do estado de São Paulo, que atesta a aprovação da reforma. Sobre essa pesquisa, realizada pelo governo, podemos citar o trabalho de Carvalho e Cavalcanti (2022), que diz que, apesar dos quase 100 mil participantes envolvidos e a menção ao envolvimento da sociedade civil e da rede, a secretaria não detalha como foi essa participação, além de não apresentar o formulário aplicado:

Assim como o currículo para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental, o Currículo Paulista: Etapa Ensino Médio teve a colaboração de diversas instituições de diferentes segmentos da sociedade, diferentemente da proposta curricular anterior, de 2008 a 2017, na qual apenas alguns pesquisadores do ensino tiveram participação direta em sua formulação, sem consulta popular. Da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais, passando pelo Instituto Ayrton Senna e pela Fundação Lemann, chegando até a Universidade Estadual Paulista (Unesp), entre outras instituições, a formulação desse documento inaugura uma nova etapa nas políticas públicas de ensino do estado de São Paulo. [...] O documento afirma o envolvimento de 98.856 participantes, entre alunos, profissionais da educação e sociedade civil do estado e dos 645 municípios paulistas (Carvalho; Cavalcanti, 2022, p. 7).

Algo que chama a atenção no escopo de análise é a falta de menção, no G1, sobre os problemas das privatizações e parcerias público-privadas no sistema educacional: o tema só aparece uma vez, na fala de um especialista, e não é contextualizada nem aprofundada, como podemos ver em “Ao defender novo Ensino Médio, secretário de SP afirma que 'educação que temos é uma das piores do mundo'” (15/1/2022). No texto, Fernando Cassio diz que o estado passou por quase três décadas de gestão com “ênfase nos resultados, bônus, avaliação, gestão empresarial,

parcerias público-privadas", o que seria uma prova de que o modelo não funciona e que não será eficiente para garantir empregabilidade. Também não existe apontamento quanto ao modelo "técnico" adotado na reforma, e que na realidade não tem validade como ensino técnico.

Em suma: existiu espaço para visões que questionem a visão oficial, mas a preponderância é a reprodução das falas do estado de São Paulo em favor da reforma ou anunciando suas medidas. Oito dos 14 textos só trazem fontes oficiais (governador, vice e secretários da Educação, nota do governo ou dados do Censo da Educação Básica), enquanto uma ouve somente fontes favoráveis ao componente curricular "História de Vida".

A retomada das ideias de Chomsky e Herman (1988) mostram que a produção noticiosado G1 reflete intenções de consenso em torno da aceitação da reforma, privilegiando narrativas alinhadas ao poder, como a influência empresarial na educação, pouco questionada. Mas indica ainda que há escapes.

Além da divulgação que apresenta as mudanças de forma meramente informativa, outros conteúdos trouxeram discussões mais amplas e com visões de diferentes nichos do debate público. Nota-se que, nesse caso, as fontes ouvidas, sobretudo vozes da academia, é que tensionam os argumentos oficiais, o que revela a importância da pesquisa científica no debate crítico das políticas educacionais e da escuta dos estudantes.

Bourdieu (1997) diz que os jornalistas têm consciência de seu papel social de fiscalizar o poder e promover mudanças sociais, mas sabem também que, quando são trabalhadores da mídia hegemônica, precisam vencer diferentes pressões de ordem política e econômica para publicizar determinados fatos e processos. A principal delas é a influência que agentes governamentais e do mercado exercem sobre o campo jornalístico, que se traduz tanto em anúncios e financiamentos como também na definição da ordem do dia (com entrevistas coletivas e anúncios de lançamentos de medidas governamentais, por exemplo). Assim, trata-se de um movimento sempre tenso, em que alguns repórteres buscam escapar dessa rede de interesses, e ressaltando questões políticas e demandas sociais -- o que podemos identificar na escuta de vozes contrárias à reforma no material analisado aqui:

Os diferentes poderes , e em particular as instancias governamentais, agem não apenas pelas pressões econômicas que estão em condição de exercer, mas também por todas as pressões autorizadas pelo

monopólio da informação legítima [...] em primeiro lugar, esse monopólio proporciona às autoridades governamentais [...] armas na luta que as opõe aos jornalistas e na qual tentam manipular as informações ou os agentes encarregados de transmiti-las, ao passo que a imprensa tenta, por seu lado, manipular os detentores de informação para tentar obtê-la e assegurar para si sua exclusividade. (Bourdieu, 1997, p. 103-104).

É importante, porém, problematizar também as dificuldades de os repórteres conseguirem ouvir os sujeitos da comunidade escolar, que também podem trazer mais nuances à cobertura, como visto no material analisado. Esse obstáculo se faz presente pelo controle que as secretarias de Educação e sua estrutura de assessoria de imprensa exerce sobre professores e alunos. Exemplificando esse processo autoritário, Ratier (2023, p. 535) diz que um professor, ao ser contactado por um jornalista para uma entrevista, sempre indica a necessária “aprovação de seus superiores (direção de escola ou direção regional), o que exige, [...] o sinal verde das assessorias de imprensas. Essas, [...] procedem a um escrutínio do enfoque da pauta para avaliar seu potencial de repercussão”.

De todo modo, é importante compreender que, o que se espera do jornalismo, nos conceitos gramscianos, é que seja feita uma pesquisa minuciosa sobre os dados da realidade e que a informação seja interpretada e traduzida para a população. Nesse processo, de acordo com Gramsci (2001, C24 §1) o jornalismo “não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área”. Importante pontuar que é possível perceber como o intelectual empresário e o Governo do estado de São Paulo apresentam um esforço para convencer a população sobre a importância, eficiência e consenso sobre a reforma da reforma, e que parte desses argumentos são reproduzidos pelo G1, reforçando a hegemonia discursiva na sociedade. Neste sentido, Gramsci (2001, C12 §1) afirma que:

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é “mediatizada”, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários”. Seria possível medir a “organicidade” dos diversos estratos intelectuais, sua conexão mais ou menos estreita com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para o alto). Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é,

o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político [...].

Com base no exposto aqui conclui-se que os padrões encontrados nos textos do G1 estruturam uma cobertura que, embora inclua críticas pontuais, reforça a hegemonia oficial ao priorizar falas governamentais.

4. Considerações finais

A análise das 14 publicações do G1 sobre a reforma do ensino médio revela a predominância de uma perspectiva favorável às mudanças propostas pelo governo, com pouca inclusão de críticas mais profundas ou diversificadas. A maioria dos textos analisados traz discursos de fontes oficiais, sem um questionamento mais incisivo sobre a implementação e motivações da reforma, incluindo a ausência de discussões sobre privatizações e parcerias público-privadas no setor educacional. Apenas três textos trazem um tom opositor logo no título e no lead, refletindo preocupações de educadores e especialistas sobre questões estruturais nas escolas e sobre a limitação dos itinerários formativos oferecidos. Algumas das poucas críticas presentes, porém, são por vezes diluídas pela falta de contextualização ou aprofundamento, especialmente em relação à influência do setor empresarial na educação.

Essa abordagem jornalística, ao seguir majoritariamente uma linha informativa baseada em falas oficiais (ou em outras favoráveis a elas), deixa de cumprir plenamente o papel crítico e investigativo esperado da imprensa. Segundo Gramsci, o jornalismo deve transcender a simples reprodução de informações, promovendo uma interpretação crítica e acessível das realidades sociais. No entanto, os conteúdos analisados demonstram falta de pluralidade de vozes e de visão crítica, contribuindo para a manutenção de uma hegemonia discursiva que favorece a perspectiva governamental e empresarial sobre a reforma do ensino médio. Embora não seja possível, a partir do estudo realizado, avaliar o impacto das fontes analisadas na opinião pública, considera-se que a disseminação de uma visão parcial sobre a

reforma em questão por parte do G1 pode contribuir para influenciar o debate público no sentido de legitimar a política tal qual concebida pelo governo do estado.

O jornalismo se estrutura como agente social cuja função primordial, no jogo democrático, é fiscalizar as atitudes de órgãos governamentais. Como a disseminação de informações propiciada pelos textos noticiosos está muito mais próxima da população do que aquela oferecida pelos portais do poder público, quando se faz uma escolha por reproduzir o conteúdo oficial, sem o devido tensionamento, o jornalista acaba, em vez disso, atuando como um aliado do governo. Os textos levantados neste trabalho mostram que, em parte da cobertura do G1, houve algumas discussões sobre a falta de diálogo da Secretaria com alunos e professores e sobre os retrocessos em conquistas anteriores da área. No entanto, as falas oficiais permanecem as mais ouvidas, e muitas vezes sem o devido questionamento. Nota-se, assim, a hegemonia discursiva sobre a participação de setores empresariais na educação, importância de uma educação mais conectada com a realidade dos alunos e com o mercado de trabalho, bem como a relevância da formação técnica da reforma, com problemas não questionados.

Referências

ARELARO, L. **Políticas educacionais e desigualdade social: análises e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2018.

BALL, S. J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/v35n126/v35n126a02.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2025.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

CARDOSO, E.; MONTEIRO, M. C. S. Análise de Conteúdo: perspectivas teóricas e metodológicas no campo da Comunicação. In: WOTTRICH, L.; ROSÁRIO, N. M. (Org.). **Experiências metodológicas na comunicação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. Disponível em: <https://www.pimentacultural.com/livro/experiencias-metodologicas/>. Acesso: 22 de fev. 2025.

CARMO, A. C. F. B. do. **O processo de descaracterização do projeto educacional da rede federal de educação no contexto de ascensão ultraneoliberal: ameaças, retrocessos e resistências**. 2023. Tese (Doutorado Faculdade de Filosofia e Ciências) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/2922a3fd-8d8d-4fe3-9c44-a2313cd9236d>. Acesso: 27 de jul. 2025.

CARVALHO, C. do P. F. de; CAVALCANTI, F. O Novo Ensino Médio Paulista: velhas propostas de manutenção da dualidade estrutural e da precarização do ensino. **Educ. Form.**, v. 7, p. e7317, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/7317>. Acesso: 26 de mar. 2025.

CHOMSKY, N.; HERMAN, E. S. **Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media**. New York: Pantheon Books, 1988.

EDUCAÇÃO de SP oferece vagas em carreiras como ciência de dados e hotelaria. **Governo de São Paulo**, São Paulo, 2023a. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/educacao-de-sp-oferece-vagas-em-carreiras-como-ciencia-de-dados-e-hotelaria-2/>. Acesso: 12 de dez. 2024.

ENSINO Médio 2024: mais de 435 mil alunos devem optar por itinerário formativo até 15/9. **Governo de São Paulo**, São Paulo, 2023b. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ensino-medio-2024-435-mil-alunos-devem-optimar-por-itinerario-formativo-ate-15-09/>. Acesso: 27 de mar. 2025.

ENSINO Médio de SP terá 70% de aumento nas aulas de matemática e 60% nas de português. **Governo de São Paulo**, São Paulo, 2023c. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/ensino-medio-de-sp-tera-70-de-aumento-nas-aulas-de-matematica-e-60-nas-de-portugues/>. Acesso: 12 de dez. 2024.

FERRETTI, C. J. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, p. 25-42, 2018.

FERRETTI, C. J.; SILVA, M. R. Reforma do Ensino Médio no contexto da Medida Provisória n. 746/2016: Estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 139, p. 385-404, 2017.

FREITAS, T. B. de. **Ensino médio personnalité: prestidigitações do capital na educação pública**. 2022. Dissertação (Mestrado Faculdade de Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/3842>. Acesso: 4 de jul. 2023.

GOHN, M. da G. **Políticas educacionais e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

GOVERNO de SP lança programa “Inova Educação”. **Governo de São Paulo**, São Paulo, 2019a. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/sala-de-imprensa/governo-de-sp-lanca-programa-inova-educacao/>. Acesso: 26 de fev. 2025.

GOVERNO de SP vai investir R\$ 303,5 milhões no Novo Ensino Médio. **Governo de São Paulo**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/governo-de-sp-vai-investir-r-3035-milhoes-no-novo-ensino-medio/>. Acesso: 26 de fev. 2024.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Edição Carlos Nelson Coutinho. Vol. 1. 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. 2. ed. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HALL, S. Encoding/Decoding. In: **Culture, Media, Language**. London: Hutchinson, 1980.

ITINERÁRIO técnico do Ensino Médio em 2024 será ofertado em 1.200 escolas. **Governo de São Paulo**, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/itinerario-tecnico-do-ensino-medio-em-2024-sera-ofertado-em-1-200-escolas/>. Acesso: 12 de dez. 2023.

JACOMINI, M. A.; MOUTINHO, I. O.; ANDRADE, W. M. de; SOUZA, O. M. de; LAVADO, J. P. O avesso da Reforma do Ensino Médio na Rede Estadual Paulista. **Arquivos Analíticos Políticas Educativas**, v. 32, n. 22, 2024.

NOVO Ensino Médio em SP terá parte do itinerário optativo com disciplinas obrigatórias em 2024. **Governo de São Paulo**, São Paulo, 2023a. Disponível em: <https://G1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/08/15/novo-ensino-medio-em-sp-tera-parte-do-itinerario-optativo-com-disciplinas-obrigatorias-em-2024.ghtml>. Acesso: 12 de dez. 2024.

RATIER, R. P. O jornalismo de educação brasileiro: notas sobre uma trajetória acidentada. **Revista Alterjor**, São Paulo, Brasil, v. 28, n. 2, p. 525–545, 2023. DOI: 10.11606/issn.2176-1507.v28i2p525-545. Disponível em: <https://revistas.usp.br/alterjor/article/view/212596>. Acesso em: 14 ago. 2025.

REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE. **Substituição de livros do PNLD por slides digitais na rede estadual de São Paulo**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://campanha.org.br/noticias/2023/08/16/acesse-a-nota-tecnica-da-repu-substituicao-de-livros-do-pnld-por-slides-digitais-na-rede-estadual-de-sao-paulo/>. Acesso: 22 de jul. 2025.

REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE; GRUPO ESCOLA PÚBLICA E DEMOCRACIA. **Primeira geração de concluintes avalia o “Novo Ensino Médio” [Nota Técnica]**. São Paulo, 2024. Disponível em: https://www.repu.com.br/_files/ugd/9cce30_bf5c3ee7389e48649fab29594a78f65b.pdf. Acesso: 30 de jul. 2024.

SÃO PAULO. lança programa de ensino técnico profissionalizante Novotec. **Governo de São Paulo**, São Paulo, 2019b. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/governo-de-sp-lanca-programa-de-ensino-tecnico-profissionalizante-novotec/>. Acesso: 26 de fev. 2025.

SECRETÁRIO da Educação de SP diz que estado irá ampliar ensino profissionalizante e não pretende aumentar escolas de tempo integral. **Governo de São Paulo**, São Paulo, 2023b. Disponível em: <https://G1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/01/11/secretario-da-educacao-de-sp-diz-que-estado-ira-ampliar-ensino-profissionalizante-e-nao-pretende-aumentar-escolas-de-tempo-integral.ghtml>. Acesso: 12 de dez. 2024.

SP lança programa Sala do Futuro para modernizar a educação e reduzir a evasão escolar. **Governo de São Paulo**, São Paulo, 2023e. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/sp-lanca-programa-sala-do-futuro-para-modernizar-a-educacao-e-reduzir-a-evasao-escolar/>. Acesso: 26 de mar. 2025.